



A intenção de privatizar a TAP

A CPQTC protesta contra a intenção do governo PSD-CDS privatizar a TAP e saúda calorosamente os três sindicatos que não desistem de lutar contra: o **Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil** (SNPVAC), o **Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos** (SITAVA) e o **Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Aviação Civil** (SINTAC). Representam mais de 50% dos trabalhadores da empresa e destacam-se pela transparência das suas posições, coerência e firmeza de princípios. Apesar de terem apelado aos trabalhadores para se apresentarem nos seus locais de trabalho, como forma de não serem alvo de represálias por parte de um governo prepotente, que decreta a requisição civil infringindo o disposto no Artigo 541º do Código do Trabalho, ao manterem o pré-aviso de greve para os dias aprazados, estes três sindicatos não deixam dúvidas de que não pactuaram com o governo, isto é, de que não traíram o motivo da luta. É uma posição corajosa, responsável e patriótica, que defende o interesse nacional, como se pode avaliar pelos comunicados do SINTAC, de 26 de Dezembro, ([ver mais](#)) e do SITAVA, de 29 de Dezembro último ([ver mais](#)).

Da leitura do Memorando anexo ao comunicado do SITAVA conclui-se que muito diferente foi o entendimento dos restantes nove sindicatos da plataforma inicial, ao transgirem com as intenções do governo e abandonarem a luta a que tinham aderido POR UNANIMIDADE. Foram eles o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil; Sindicato dos Economistas; Sindicato dos Contabilistas; Sindicato dos Engenheiros; Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins; Sindicato dos Técnicos de Manutenção de Aeronaves; Sindicato Nacional dos Engenheiros; Sindicato dos Quadros da Aviação Comercial; Sindicato dos Técnicos de Handling de Aeroportos. Estes nove sindicatos afinal aceitam que o governo privatize a TAP, só a troco de eventuais contrapartidas que não contemplam o interesse nacional.

A TAP, uma empresa de bandeira criada em 1945, prestigiada entre os clientes e internacionalmente, é estratégica para Portugal porque constitui um instrumento de soberania, portanto um instrumento que deveria ser inalienável. Mais, é uma empresa com resultados operacionais positivos desde há anos e o facto de ter alguns problemas de tesouraria não quer dizer que só a privatização os pode resolver; aliás, o governo nunca demonstrou ao país ser a única solução possível, nem sequer tentou outras fontes de financiamento para reforço da capacidade operativa da empresa. Ou seja, a opção pela privatização apenas se explica pela opção neoliberal dos partidos do governo, para quem tudo o que pertença ao Estado e possa interessar aos privados é para alienar. Para o Estado ficam serviços públicos que não podem dar lucros, por força dos custos. É esse o sentido de Estado destes partidos do governo!

A alienação do património público tem sido uma constante desde 1990, ano a partir do qual passou a ser possível, mercê da publicação da Lei-quadro das privatizações, lei que só foi possível porque a 2ª revisão da Constituição da República (1989) eliminou o disposto na Constituição de 1976, que, no seu Artigo 83º, estabelecia: **“Todas as nacionalizações efectuadas depois de 25 de Abril de 1974 são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras.”** Tem sido um processo ininterrupto, que só tem enfraquecido o Estado e empobrecido o país, engordado as transnacionais, os grupos económicos e (sobretudo) os bancos. Têm sido ataques ao sector público bancário, ao sector dos transportes, da energia das comunicações, etc.

Tudo isto em nome da dívida externa, mas que não pára de crescer e que nunca se pagará enquanto não houver uma reestruturação da dívida e a economia do país estiver bloqueada, enquanto não houver investimento público e não crescer o mercado interno, ou seja, o poder de compra da população.

Portugal não pode continuar a alienar empresas do SEE e a CPQTC manterá todo o apoio que puder aos sindicatos e forças sociais que pugnem pela manutenção da TAP no SEE. E apela a uma atenção redobrada dos portugueses para o caderno de encargos que o governo prepara para privatização de 66% da TAP, com a cumplicidade dos nove sindicatos que aceitam a privatização. Mesmo que o Estado ficasse com a maioria não ficaria garantido o controlo, pois a parte privada tentaria mecanismos de bloqueio que impediria a tomada de decisões que não lhe agradassem. Ou seja, mesmo com a maioria do capital o Estado poderia ficar impedido de tomar decisões estratégicas para o interesse nacional.

Lisboa, 06 de Janeiro de 2015

A Direcção Nacional da

CPQTC